

PPP

Parcerias Público-Privadas

Relatório 2011

Julho 2011



Ministério das Finanças

“Parcerias Público-Privadas e Concessões – Relatório de 2011”

é uma publicação da

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa

Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19

Presença na *Internet*: www.dgtf.pt

E-mail: tesouro@dgtf.pt



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	O UNIVERSO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM 2010	5
3.	ANÁLISE SECTORIAL DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS	9
3.1.	SECTOR RODOVIÁRIO	9
3.2.	SECTOR FERROVIÁRIO	13
3.3.	SECTOR DA SAÚDE	15
3.4.	SECTOR SEGURANÇA E EMERGÊNCIA	18
4.	O UNIVERSO DAS CONCESSÕES EM 2010	19
5.	ANÁLISE SECTORIAL DAS CONCESSÕES	19
5.1.	SECTOR AEROPORTUÁRIO	19
5.2.	SECTOR PORTUÁRIO	20
5.3.	SECTOR DO AMBIENTE (ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS)	22
5.4.	SECTOR ENERGÉTICO	23
6.	ANEXOS	25



1. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual – 2011 sobre Parcerias Público-Privadas e Concessões insere-se no âmbito da actividade de acompanhamento e de reporte de informação da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e reflecte os factos considerados mais relevantes ocorridos em 2010, bem como a análise dos fluxos financeiros verificados ao longo do ano, no âmbito de contratos de parceria público-privada (PPP) e de concessões.

Os dados subjacentes às análises constantes deste Relatório foram obtidos junto das entidades da administração pública e do sector empresarial do Estado que detêm competências em matéria de acompanhamento e gestão de projectos em cada um dos sectores de actividade mencionados.

No presente Relatório Anual, confere-se maior ênfase aos projectos desenvolvidos pelo Estado nas modalidades parcerias público-privadas, propriamente ditas, e remete-se para a segunda parte a abordagem às Concessões do Estado.

DGTF, 15 de Julho de 2011



2. O UNIVERSO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM 2010

O universo de Parcerias Público-Privadas (PPP) abrange 37 projectos em vários sectores, de entre as quais, 23 em fase de exploração e 14 em fase de construção.

Num contexto macroeconómico menos favorável para o arranque de novos projectos, foi possível proceder à contratação de **três novas parcerias**, em sectores distintos, conforme exposto no quadro seguinte.

Quadro 2.1 – Novas Parcerias em 2010

Parcerias	Concessionário	Prazo da Concessão	Investimento estimado (M€)
Rodoviária			
Subconcessão Pinhal Interior	Ascendi Pinhal Interior - Autoestradas do Pinhal Interior SA	30	958,2
Ferrovíaria			
Troço Poceirão-Caia da rede de AVF *	ELOS Ligações de Alta Velocidade, S.A	40	1.339,0
Sector Saúde			
H. V. Franca - Ent. Gestora do Edifício	Escala Vila Franca - Gestora do Edifício, S.A	30	76,3
H. V. Franca - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Vila Franca – Gest. do Estabelecimento, S.A.	10	2,5

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

(*) Aguarda Visto do Tribunal de Contas

Rodoviária - Subconcessão Pinhal Interior

Em Abril, foi assinado o contrato de Subconcessão da auto-estrada do Pinhal Interior, entre a Estradas de Portugal, S.A., e a **Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, S.A.**, por um período de concessão de 30 anos. A Subconcessão do Pinhal Interior prevê um investimento de 958,2 M€, para a construção de uma extensão de 567 quilómetros, dos quais apenas 118 serão em perfil de auto-estrada.

Ferrovíaria - PPP1 (Troço Poceirão -Caia do Eixo Lisboa - Madrid)

Em Maio, foi assinado o contrato de concessão¹ entre o Estado e a sociedade **ELOS – Ligações de Alta Velocidade, S.A.**, relativo ao Troço Poceirão-Caia (PPP1), parte da ligação ferroviária de Alta Velocidade (AV) entre Lisboa e Madrid. Esta primeira PPP da rede de alta velocidade portuguesa compreende a concepção, o projecto, a construção, o financiamento, a manutenção e a disponibilização, abrangendo a nova Estação Ferroviária de Évora e as infra-estruturas ferroviárias da linha convencional entre Évora e Caia, do corredor Sines - Caia.

O investimento da Concessionária será de 1.339 milhões de euros durante a fase de construção (incluindo projecto, expropriações e equipamentos).

¹ As Bases da Concessão foram publicadas no Decreto-Lei n.º 33-A/2010, de 14 de Abril.



O montante de fundos comunitários já assegurado para o Troço Poceirão-Caia é de 668 milhões de euros, sendo:

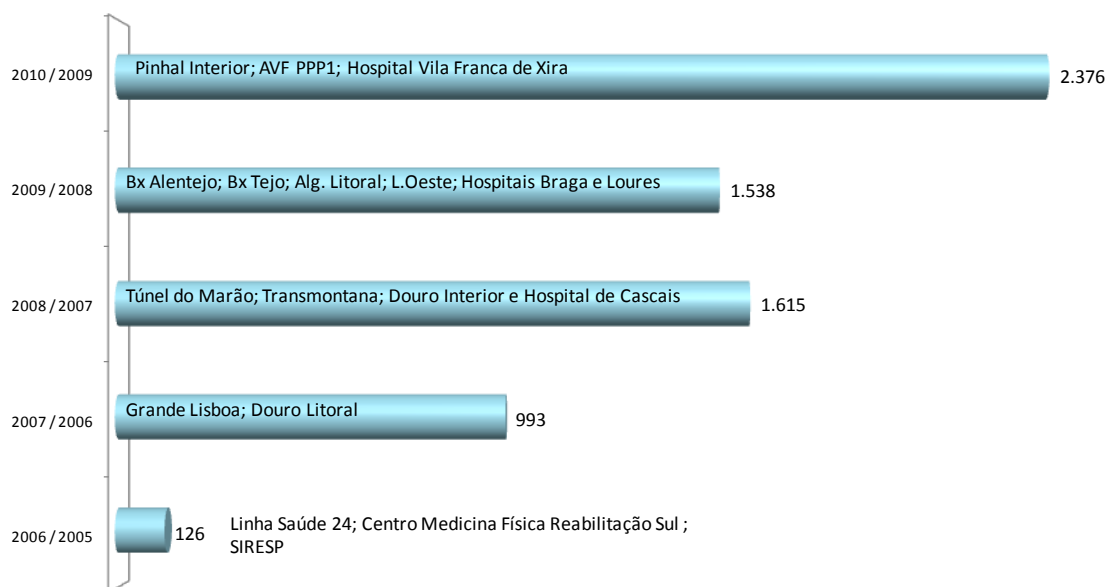
- 197 Milhões de euros da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T);
- 471 Milhões de euros do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) – Programa Temático Operacional de Valorização do Território (Fundo de Coesão), para o período 2007/2013.

Saúde – Hospital de Vila Franca de Xira

Em Outubro, foi assinado o contrato de parceria público-privada entre o Estado, a **Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.** e a **Escala Vila Franca, Sociedade Gestora do Edifício, S.A.** empresas do Grupo Mello, para a gestão do estabelecimento hospitalar de Vila Franca e do respectivo edifício. Prevê-se que o hospital esteja concluído no primeiro semestre de 2013 e o seu serviço beneficiará cerca de 225 mil habitantes, compreendendo as áreas de Vila Franca, Azambuja, Benavente, Arruda dos Vinhos e Alenquer. O valor estimado da infraestrutura é de 76 milhões de euros.

O Quadro seguinte evidencia o acréscimo do investimento promovido pelos novos projectos, face aos anos anteriores.

Gráfico 2.1 – Variação anual / Novos Projectos em regime de PPP (Milhões de Euros)

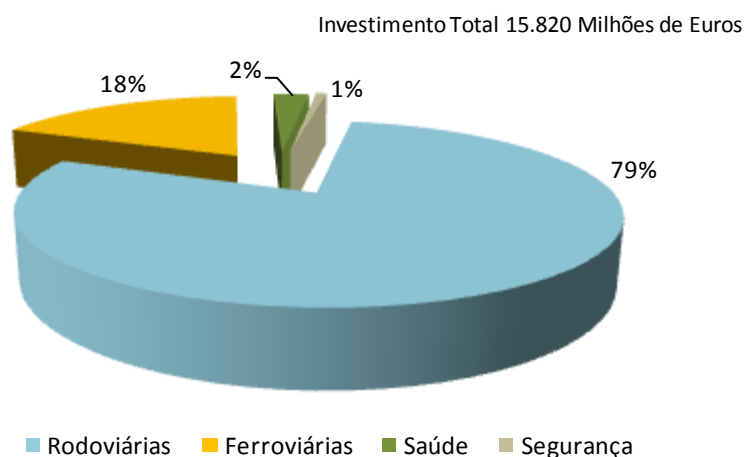


Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos



Considerando os contratos já celebrados, nos quais se incluem os novos projectos contratados em 2010, a repartição sectorial do universo de PPP, com base no investimento acumulado em infra-estruturas a preços de 2010, encontra-se representada no gráfico seguinte.

Gráfico 2.2 – Repartição sectorial do Investimento global em PPP (preços 2010 – Milhões de Euros)



O sector rodoviário continua a representar a maior parcela de investimentos implementados, com um peso de 79% do universo das parcerias.

Os novos investimentos, contemplados nos contratos celebrados em 2010, representam um acréscimo de 2.376 milhões de euros, face ao exercício anterior, nos quais os sectores ferroviário e rodoviário representam 56% e 40%, respectivamente, do valor total dos projectos do ano.

No final do ano, no âmbito de projectos ainda em concurso, destacavam-se os projectos de dois novos hospitais, ambos da 2ª vaga, abrangendo apenas parcerias para a construção de edifício (infra-estruturas).

Quadro 2.2 – Concursos em destaque no final de 2010

PPP da Saúde em concurso em 2010	Investimento estimado (M€)	camas	Início de Actividade
Hospital Lisboa Oriental - Ent. Gestora do Edifício	377	789	2014
Hospital Central do Algarve- Ent.Gestora Edifício	250	549	2014
	627	1.338	

Fonte: ACSS - Parcerias da Saúde



Quadro 2.3 – Encargos Líquidos² no exercício de 2010 face ao previsto

Unidade, excepto percentagens: M€

Parcerias	Ano 2010 - Situação em 31.12.2010					
	Previsto	Corrente	Reequilíbrios	Proveitos	Execução Total	%Exec.Total
Rodoviárias	699,2	748,6	197,5	49,6	896,6	128%
Ferrovias	26,9	15,0	-	-	15,0	56%
Saúde	180,6	172,2	-	-	172,2	95%
Segurança e Emergência	44,3	43,6	-	-	43,6	98%
Total	951,0	979,4	197,5	49,6	1127,4	119%

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

Valores com IVA

Em 2010, os encargos líquidos globais suportados directamente pelo Estado (ou através da Estradas de Portugal, S.A., no que respeita às concessões rodoviárias), ascenderam a 1.127,4 milhões de euros. Um acréscimo de 19% face ao previsto para o respectivo período, derivado, em parte, de reequilíbrios financeiros liquidados resultantes de acordos celebrados com algumas concessões, por alterações das condições contratuais inicialmente definidas.

Relativamente ao ano anterior, assistiu-se a um acréscimo global de 25%, devido ao impacto do reequilíbrio financeiro, mas também às novas parcerias na saúde, com acréscimos significativos devido ao funcionamento de novas unidades de gestão dos estabelecimentos hospitalares e ao pagamento de investimentos dos novos Hospitais de Cascais e de Braga.

Quadro 2.4 – Fluxos financeiros de 2010 vs 2009

Unidade, excepto percentagens: M€

Parcerias	Encargos Líquidos		
	2009	2010	%Variação
Rodoviárias	674,1	896,6	33%
Ferrovias	89,2	15,0	-83%
Saúde	96,4	172,2	79%
Segurança e Emergência	38,7	43,6	13%
Total	898,4	1127,4	25%

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

² No âmbito dos Encargos Líquidos, Execução Total = Fluxo Corrente + Reequilíbrios Financeiros – Proveitos.



3. ANÁLISE SECTORIAL DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

3.1. SECTOR RODOVIÁRIO

Em 2010, destaca-se a aprovação pelo Governo de um conjunto de diplomas que alteram as bases das concessões da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação dos lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados, designados por Concessão EP - Estradas de Portugal, S. A. e concessões **Norte Litoral, Costa de Prata, Beira Litoral e Beira Alta, Norte, Grande Lisboa e Grande Porto**³ visando a introdução de portagens decorrentes da implementação do novo modelo de gestão e de financiamento do sector das infra-estruturas rodoviárias.

Em Junho foi publicado o diploma⁴ que **identifica os lanços e sublanços de auto-estradas sujeitos ao regime de portagens** aos utilizadores, bem como a data a partir da qual se inicia a cobrança das referidas taxas nas concessões Costa da Prata, Grande Porto e Norte Litoral. Estabelecem-se os termos e as condições a que obedece o **tratamento das bases de dados**⁵ obtidas mediante a identificação ou a detecção electrónica de veículos através do dispositivo electrónico de matrícula; e definido o **modo de utilização do dispositivo electrónico de matrícula**⁶ para efeitos de cobrança electrónica de portagens.

Em Agosto procedeu-se à **constituição de comissões de negociação**⁷ para alteração dos contratos de concessão celebrados com outras concessionárias, no âmbito do novo modelo de gestão e financiamento para o sector das infra-estruturas rodoviárias para efeitos de alteração de modalidade de pagamento e introdução de portagens:

- SCUTVIAS - Auto-Estradas da Beira Interior, S. A.;
- Ascendi - Beiras Litoral e Alta, S. A.;
- NORSCUT - Concessionária de Auto-Estradas, S. A.
- EUROSCUT - Sociedade Concessionária da SCUT do Algarve, S. A.,
- AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A
- BRISAL Auto-Estradas do Litoral, S.A.

³ Respectivamente, Decretos-Lei n.ºs 44-B/2010, 44-C/2010, 44-D/2010, 44-E/2010, 44-F/2010 e 44-G/2010, todos de 5 de Maio.

⁴ Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de Junho.

⁵ Portaria n.º 314-A/2010, de 14 de Junho.

⁶ Portaria n.º 314-B/2010, de 14 de Junho.

⁷ Despachos n.º 13644/2010 e n.º 13645/2010, ambos de 26 de Agosto, do Ministério das Finanças e da Administração Pública e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.



Este grupo inclui a reconversão das restantes concessões rodoviárias em regime de portagem virtual (SCUT), para o sistema de portagem real a pagar pelo utilizador, mediante cobrança electrónica, implicando a revisão dos articulados dos actuais contratos de concessão, tendo em vista adequá-los ao novo modelo de gestão e de financiamento do sector das infra-estruturas rodoviárias.

Em Setembro, estabelecem-se as **regras de implementação do regime de cobrança**⁸ de taxas de portagem em todas as auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT). No entanto, fica definido, em diploma⁹ publicado em Outubro, um regime de **discriminação positiva para as populações e empresas locais**, com a aplicação de um sistema misto de isenções e de descontos nas taxas de portagem nas auto-estradas SCUT do Norte Litoral, do Grande Porto e da Costa de Prata.

O novo **regime de cobrança** de taxas de portagem nas auto-estradas SCUT da Costa de Prata, Grande Porto e Norte Litoral entrou em vigor a 15 de Outubro.

Com as alterações introduzidas pelos novos contratos de concessão, as concessões da Costa de Prata, Grande Porto e Norte Litoral, passam a contemplar a possibilidade de cobrança de portagens aos utilizadores, cuja receita reverterá para a EP, competindo a esta entidade remunerar as concessionárias, mediante pagamentos por disponibilidade das redes viárias em causa.

Procedeu-se à ampliação do objecto da concessão, que passou a incluir, por um lado, a noção de disponibilidade (aferição da qualidade do serviço prestado aos utentes, dos níveis de sinistralidade e dos níveis de externalidades gerados), e, por outro lado, estabeleceram-se algumas regras no que concerne aos deveres da concessionária (deveres de informação, ao cálculo de penalidades, à manutenção da disponibilidade da via e ao encerramento dos trabalhos nas vias) e a clarificar o regime dos bens adquiridos no âmbito de um processo de expropriação que não venham a integrar o domínio público.

⁸ Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2010, publicada a 22 de Setembro.

⁹ Portaria n.º 1033-A/2010, de 6 de Outubro.



Quadro 3.1.1 – Encargos líquidos no exercício de 2010 face ao previsto

Unidade, excepto percentagens: M€

Parcerias Rodoviárias	Ano 2010 - Situação em 31.12.2010					
	Previsto	Corrente	Reequilíbrios	Proveitos	Execução Total	%Exec.Total
Concessão do Algarve (IC4/IP1)	44,9	43,6	-	-	43,6	97%
Concessão da Beira Interior (IP2/IP6)	137,3	132,1	-	-	132,1	96%
Concessão Interior Norte (IP3)	104,7	104,6	-	-	104,6	100%
Concessão da Costa de Prata (IC1/IP5)	51,3	87,9	-	5,1	82,8	161%
Concessão Grande Porto (IP4/IC24)	70,9	104,8	-	3,5	101,3	143%
Concessão Norte Litoral (IP9/IC1)	33,6	44,3	4,9	3,5	45,7	136%
Concessão das Beiras Litoral e Alta(IP5)	164,2	195,6	-	-	195,6	119%
Concessão Lusoponte	20,8	-	18,1	-	18,1	87%
Concessão Grande Lisboa	7,0	9,4	3,5	4,9	8,0	114%
Concessão Oeste (AEA)	26,6	-	20,3	-	20,3	76%
Concessão AE Norte	37,2	26,3	150,7	30,2	146,8	395%
Outros	0,7	-	-	2,4	-2,4	-343%
Total	699,2	748,6	197,5	49,6	896,6	128%

Fonte: Estradas de Portugal, S.A.

Valores com IVA

O valor total líquido dos encargos suportados pelo conjunto das PPP rodoviárias ficou acima 28% das previsões para 2010, justificado pelos pagamentos de acordos celebrados e reequilíbrios financeiros derivados de alterações nos traçados das vias.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um acréscimo de 33% dos encargos líquidos pagos pelo Estado. As variações anuais mais significativas, face ao ano anterior, verificaram-se nas Concessões com regime de portagem real, Autoestrada do Norte, Concessão Oeste e Grande Lisboa.

Quadro 3.1.2 – Encargos líquidos no exercício de 2010 vs 2009

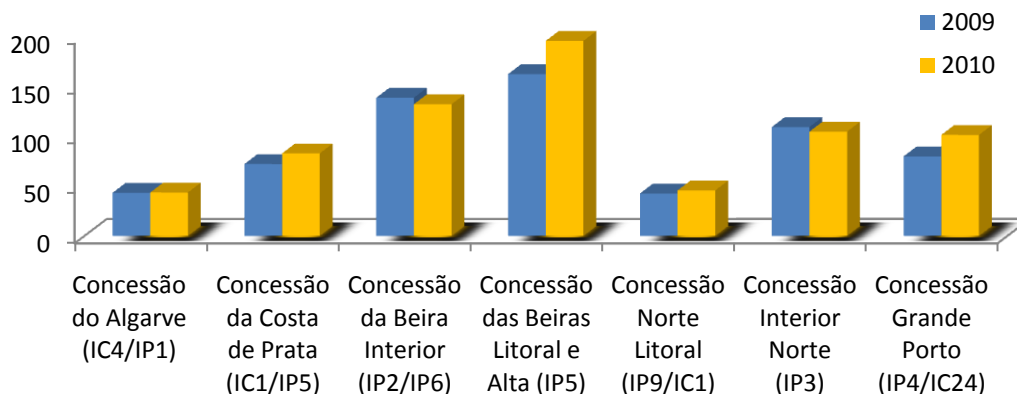
Unidade, excepto percentagens: M€

Parcerias Rodoviárias	Encargos Líquidos		
	2009	2010	%Variação
Concessão do Algarve (IC4/IP1)	43,3	43,6	1%
Concessão da Beira Interior (IP2/IP6)	138,6	132,1	-5%
Concessão Interior Norte (IP3)	109,2	104,6	-4%
Concessão da Costa de Prata (IC1/IP5)	72,1	82,8	15%
Concessão Grande Porto (IP4/IC24)	79,8	101,3	27%
Concessão Norte Litoral (IP9/IC1)	42,6	45,7	7%
Concessão das Beiras Litoral e Alta (IP5)	162,3	195,6	21%
Concessão Lusoponte	21,5	18,1	-16%
Concessão Grande Lisboa	1,9	8,0	321%
Concessão Oeste (AEA)	2,1	20,3	867%
Concessão AE Norte	0	146,8	n.a.
Outras	0,7	-2,4	-443%
Total	674,1	896,6	33,0%

Fonte: Estradas de Portugal, S.A.



Gráfico 3.1.1 – Encargos Líquidos em 2010 nas SCUT face a 2009



Fonte: Estradas de Portugal, S.A.

Em 2010, encontravam-se em construção 9 projectos de novas vias da Rede Rodoviária Nacional, indicados no quadro seguinte:

Quadro 3.1.3 - PPP Rodoviárias – Em construção

(*) Investimento (preços de 2010)

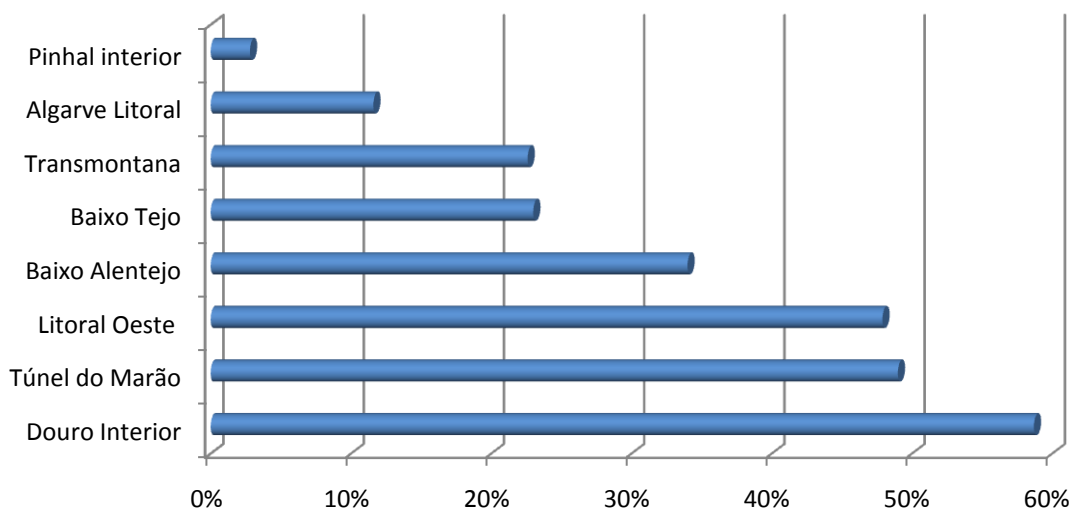
Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Subconcessão AE Transmontana	Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, SA	2008	30	541,8
Subconcessão Douro Interior	AENOR Douro – Estradas do Douro, SA	2008	30	648,8
Concessão Tunel do Marão	Auto Estrada do Marão, SA	2008	30	352,0
Subconcessão Baixo Alentejo	SPER – Soc. Port. para a Construção e Exploração Rodoviária, SA	2009	30	389,5
Subconcessão Baixo Tejo	VBT – Vias do Baixo Tejo, SA	2009	30	275,5
Subconcessão Litoral Oeste	AELO – Auto-Estradas do Litoral Oeste, SA	2009	30	452,5
Subconcessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	168,4
Subconcessão Pinhal Interior	Ascendi Pinhal Interior – Auto Estradas do Pinhal Interior, SA	2010	30	958,2

Fonte: Estradas de Portugal SA Investimento em construção e expropriações

Dos projectos em construção, apenas a Subconcessão do Pinhal Interior resulta de um contrato de concessão assinado em 2010. O gráfico seguinte, exprime o grau de execução de cada obra.



Gráfico 3.1.2 – Progresso Físico das Rodoviárias em construção (%)



3.2. SECTOR FERROVIÁRIO

No domínio das PPP Ferroviárias, salienta-se, em Maio, a assinatura do contrato de Concessão¹⁰ PPP1 (Troço Poceirão – Caia) do eixo Lisboa-Madrid com “ELOS-Ligações de Alta Velocidade, S.A.”, participada pelas empresas dos Grupos BRISA e Soares da Costa.

Entretanto, no âmbito das medidas preconizadas no PEC 2010-2013, o lançamento dos concursos referentes às linhas de alta velocidade Lisboa-Porto e Porto-Vigo foi adiado.

Relativamente à Concessão PPP2, em Setembro optou-se pela não adjudicação¹¹ do concurso público internacional para a concessão do projecto, construção, financiamento, manutenção e disponibilização, do troço Lisboa-Poceirão, designado por «Concessão RAV Lisboa-Poceirão do Eixo Lisboa-Madrid».

Em 2010 decorreram os trabalhos da comissão de negociação do contrato com a Concessionária Fertagus - Travessia do Tejo, Transportes, S.A. conducentes a uma eventual prorrogação após 31.12.2010. O contrato inicial celebrado entre o concedente e a concessionária previa a possibilidade de prorrogação de prazo de concessão.

O acordo modificativo do Contrato de Concessão para a exploração do serviço de transporte suburbano de passageiros no eixo ferroviário Norte-Sul estabelece um novo prazo de

¹⁰ Para mais informações, consultar www.rave.pt.

¹¹ Despacho n.º 14505/2010 do Ministério das Finanças e da Administração Pública e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.



concessão¹², por mais 9 anos, com termo a 31.12.2019. Neste período de prorrogação, não estão previstos quaisquer encargos para o Estado. Pelo contrário, prevê-se a partilha de receitas extraordinárias entre o Estado e a Concessionária.

No final de 2010, encontram-se em exploração duas concessões ferroviárias: a ligação ferroviária entre Lisboa e Setúbal (eixo ferroviário Norte – Sul), que inclui a Travessia Ferroviária da Ponte 25 de Abril, concessionada à FERTAGUS, e a rede de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo (Metro Sul do Tejo), concessionada à sociedade Metro Transportes do Sul. Destas duas entidades resultaram 15 milhões de euros de encargos financeiros anuais, correspondentes a 56% do valor previsto para o ano.

Quadro 3.2.1 – Encargos líquidos no exercício de 2010 face ao previsto

Unidade, excepto percentagens: M€

Parcerias Ferroviárias	Ano 2010 - Situação em 31.12.2010						
	Previsto	Corrente	Reequilíbrios	Proveitos	ExecuçãoTotal	%Exec.Total	
Eixo Ferroviário Norte Sul	9,7	7,3	-	-	7,3	75%	
Metro Sul do Tejo	17,2	7,7	-	-	7,7	45%	
Total	26,9	15,0	-	-	15,0	56%	

Fonte: IMTT Valores com IVA

Os valores correspondentes aos encargos líquidos pagos em 2010 apresentam uma redução substancial face a igual período do ano anterior.

Quadro 3.2.2 – Encargos líquidos no exercício de 2010 vs 2009

Unidade, excepto percentagens: M€

Parcerias Ferroviárias	Encargos Líquidos		
	2009	2010	%Variação
Eixo Ferroviário Norte Sul	8,1	7,3	-10%
Metro Sul do Tejo	81,1	7,7	-91%
Total	89,2	15,0	-83%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

Relativamente ao eixo ferroviário Lisboa – Madrid, não ocorreram encargos para o concedente no período em análise. O Estado Português é o concedente deste projecto, ficando a REFER responsável pela Gestão da Infra-Estrutura uma vez que será integrada na Rede Ferroviária Nacional. O prazo definido para as concessões relativas às infra-estruturas ferroviárias é de 40 anos, sendo a concessão do tipo *Design-Build-Finance-Operate-Maintain-Transfer* (DBFOMT).

¹² Decreto-Lei n.º 138-B/2010, de 28 de Dezembro, que procede à revisão das bases da concessão da exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros do eixo norte-sul, aprovadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 78/2005, de 13 de Abril.



3.3. SECTOR DA SAÚDE

O Programa de PPP no sector da saúde tem constituído um dos eixos prioritários na política de saúde do Governo, com vista ao prosseguimento da melhoria da oferta dos serviços hospitalares a nível nacional, quer através da construção de novas unidades hospitalares, quer mediante a substituição de outras, potenciando cuidados de saúde de melhor qualidade à generalidade da população.

Na área da Saúde, as novas unidades hospitalares em construção no âmbito do programa de PPP permitirão melhorar e reforçar a oferta de cuidados de saúde nas respectivas áreas de influência - Distrito de Braga e Concelhos de Loures, Mafra e Odivelas.

Em Janeiro, ocorreu a cerimónia de lançamento da primeira pedra do futuro **Hospital de Loures**, cujo custo de construção está estimado em 85 milhões de euros e cuja conclusão está prevista para 2012. A gestão do estabelecimento foi adjudicada à sociedade SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A, enquanto a construção e gestão do edifício ficou a cargo da HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.

O novo **Hospital de Cascais** foi inaugurado em Fevereiro. O Hospital concessionado ao Consórcio formado pelo grupo HPP - Hospitais Privados de Portugal e a Teixeira Duarte possui capacidade para 277 camas de internamento, seis salas operatórias e dez blocos de partos. A unidade prevê poder realizar anualmente 235 mil consultas e 10.800 cirurgias.

Em Outubro assinou-se o contrato de parceria público-privada entre o Estado, a Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. e a Escala Vila Franca, Sociedade Gestora do Edifício, S.A., empresas do Grupo Mello. De acordo com os dados do Ministério da Saúde, o novo **Hospital de Vila Franca de Xira**, cuja abertura está prevista para o primeiro semestre de 2013, terá 280 camas de internamento, 9 salas de bloco operatório e 33 gabinetes de consulta externa. O valor estimado do Investimento (edifício) é de 76 M€. O VAL (Valor Actualizado Líquido) dos fluxos financeiros dos encargos do projecto (incluindo gestão do estabelecimento) é de 478 M€. O CPC (custo Público Comparável) para o projecto era de 591 M€.

Na análise dos fluxos com parcerias da saúde, os encargos líquidos ficaram 5% abaixo do valor previsto, em particular devido ao atraso na celebração do contrato relativo ao Hospital de Vila Franca.

Face ao ano anterior, destaca-se um crescimento substancial destes encargos para o Estado, justificados pelo crescimento dos serviços oferecidos aos utentes na sequência da entrada em exploração dos novos hospitais.



Quadro 3.3.1. Encargos líquidos no exercício de 2010

Unidade, excepto percentagens: M€

Parcerias na Saúde	Ano 2010 - Situação em 31.12.2010					
	Previsto	Corrente	Reequilíbrios	Proveitos	ExecuçãoTotal	%Exec.Total
CMFRS - São Brás de Alportel	6,9	5,7	-	-	5,65	82%
Centro Atendimento do SNS	19,8	11,1	-	-	11,1	56%
Hospital de Cascais	44,3	60,8	-	-	60,8	137%
Hospital de Braga	93,3	94,6	-	-	94,6	101%
Hospital de Vila Franca de Xira	16,2	-	-	-	-	0%
Total	180,6	172,2	-	-	172,2	95%

Fonte: ACSS - Parcerias da Saúde

Valores com IVA

Quadro 3.3.2. Encargos líquidos no exercício de 2010 vs 2009

Unidade, excepto percentagens: M€

Parcerias Saúde	Encargos Líquidos		
	2009	2010	%Variação
CMFRS - São Brás de Alportel	5,6	5,7	2%
Centro Atendimento do SNS	18,8	11,1	-41%
Hospital de Cascais	43,9	60,8	38%
Hospital de Braga	28,1	94,6	237%
Total	96,4	172,2	79%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

Observação: Os contratos dos Hospitais de Cascais e Braga englobam duas parcerias, uma de gestão do edifício (30 anos) e outra de gestão do Estabelecimento (10 anos)

Os Hospitais em fase de construção permitirão um acréscimo de mais de 1.400 camas. Os novos hospitais de Braga, Loures e Vila Franca terão uma capacidade de 700, 424 e 280 camas de internamento, respectivamente. Prevê-se que entrem em funcionamento entre 2011¹³ e 2013.

Quadro 3.3.3. PPP Saúde – Edifícios Hospitalares em construção

(*) Investimento (preços de 2010)

Sector Saúde	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	2009	30	124,4
Gestão H. Loures - Ent. Gestora do Edifício	HL – Sociedade Gestora do Edifício SA	2009	30	86,3
Gestão H. Vila Franca de Xira - Ent. Gestora do Edifício	Escala Vila Franca - Gestora do Edifício, S.A	2010	30	76,3

Fonte: ACSS - Parcerias da Saúde

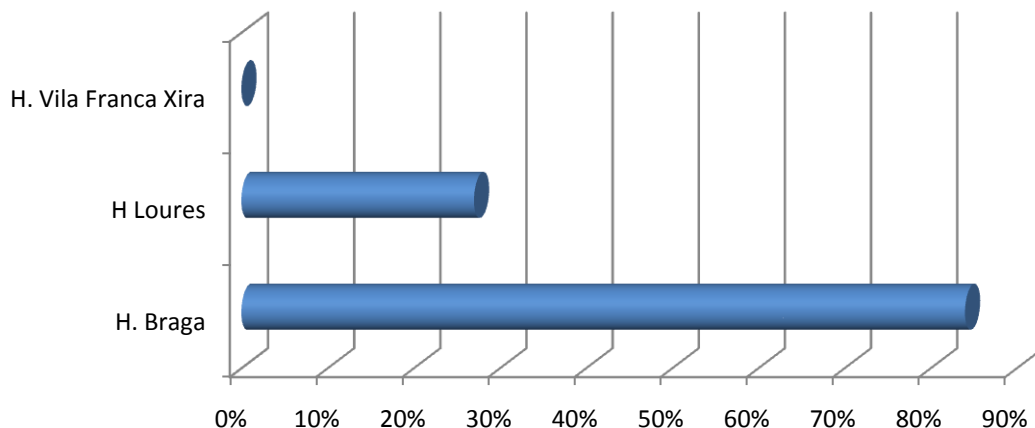
Investimento em construção e expropriações /equipamento inicial hospitalar

Os três hospitais seguem o modelo de parceria que assenta num contrato de gestão celebrado com duas entidades gestoras (uma para a gestão do edifício e outra para a componente de serviços clínicos).

¹³ Em Maio de 2011 foi inaugurado o novo Hospital de Braga.



Gráfico 3.3.1. Progresso Físico da Construção dos Hospitais¹⁴ (%)



Em concurso, no final de 2010, encontravam-se os processos do Hospital de Lisboa Oriental¹⁵ e o do Hospital Central do Algarve¹⁶, baseados num novo modelo (**hospitais da segunda vaga**), em que o objecto concursal abrange apenas a vertente da infra-estrutura hospitalar e serviços complementares, mantendo-se a gestão de prestação de cuidados de saúde no sector público.

Quadro 3.3.4. PPP Saúde – Em concurso

PPP da Saúde em concurso em 2010	Investimento estimado (M€)	camas	Início de Actividade
Hospital Lisboa Oriental - Ent. Gestora do Edifício	377	789	2014
Hospital Central do Algarve- Ent.Gestora Edifício	250	549	2014
	627	1.338	

Fonte: ACSS - Parcerias da Saúde

¹⁴ No final do ano 2010.

¹⁵ O procedimento de contratação encontra-se concluído desde princípios de Novembro de 2010, tendo a Comissão de Avaliação de Propostas aprovado o relatório final (das propostas finais).

¹⁶ Encontrava-se na fase de negociação competitiva com os dois concorrentes seleccionados Agrupamento Algarve Saúde (liderado pela empresa Ferrovial) e Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, S.A.



3.4. SECTOR SEGURANÇA E EMERGÊNCIA

No âmbito desta área existe uma operadora do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, a SIRESP – Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A., que tem como parceiro institucional o Ministério da Administração Interna, através da Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos – DGIE/MAI, que assume o papel de entidade gestora do SIRESP - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal.

O Contrato SIRESP tem uma duração estabelecida de 15 anos e prevê que a implementação do Sistema decorra em 7 fases, até 2013¹⁷. Em Janeiro de 2010 entrou em serviço o sistema integrado na totalidade do território continental e na Região Autónoma da Madeira.

Quadro 3.4.1 – Encargos líquidos no exercício de 2010 face ao previsto

Unidade, excepto percentagens: M€

Parceria	Ano 2010 - Situação em 31.12.2010					
	Previsto	Corrente	Reequilíbrios	Proveitos	ExecuçãoTotal	%Exec.Total
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	44,3	43,6	-	-	43,6	98%
Total	44,3	43,6	-	-	43,6	98%

Fonte: MAI/DGIE Valores com IVA

Quadro 3.4.2 – Encargos líquidos no exercício de 2010 vs 2009

Unidade, excepto percentagens: M€

Parceria	Encargos Líquidos		
	2009	2010	%Variação
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	38,7	43,6	13%
Total	38,7	43,6	13%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

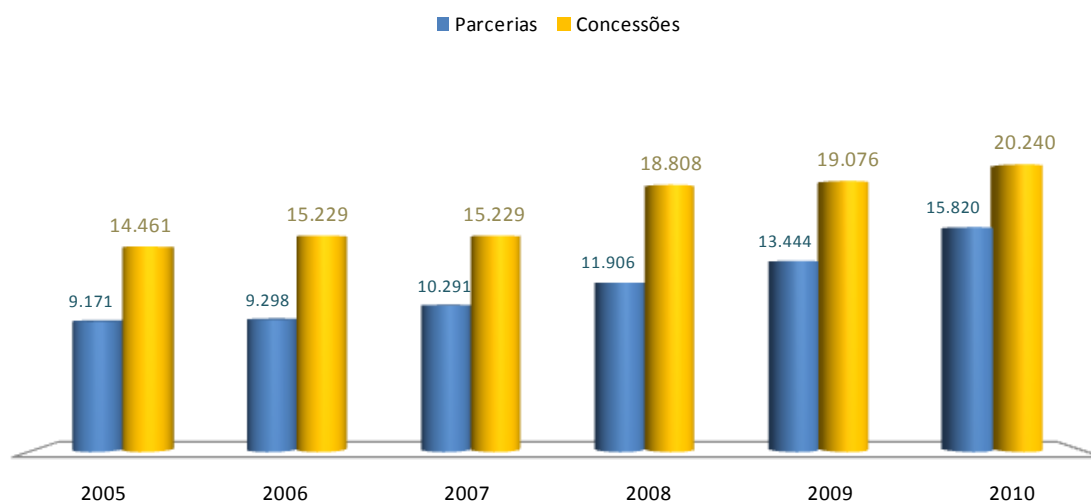
O acréscimo de encargos líquidos face ao ano anterior é justificado pelo maior grau de desenvolvimento do projecto, no entanto o valor dos encargos liquidados ficou abaixo (2%) do valor inicialmente previsto.

¹⁷ Em Dezembro de 2013 entrará em serviço na Região Autónoma dos Açores.



4. O UNIVERSO DAS CONCESSÕES EM 2010

Gráfico 4.0. Evolução do Investimento Acumulado
(Preços de 2010 – Milhões de Euros)



Nota: Os valores reflectem os investimentos pela sua totalidade (estimados nos casos base) à data da sua contratação.

O universo das concessões é significativamente superior ao das parcerias e representa em termos de investimento acumulado cerca de 20.240 milhões de euros, correspondentes a 75 concessões em exploração e 5 em construção. O sector energético é onde se perspectiva um maior crescimento, sobretudo na área das energias renováveis e mini-hídricas.

5. ANÁLISE SECTORIAL DAS CONCESSÕES

5.1. SECTOR AEROPORTUÁRIO

Em 2010, foram aprovadas as bases de concessão¹⁸ do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil, a celebrar entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, S.A.

A concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil terá por objecto o estabelecimento, o desenvolvimento, a gestão e a manutenção das infra-estruturas aeroportuárias dos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Ponta Delgada, Santa Maria, Horta, Flores e Terminal Civil de Beja. A concessão terá um prazo de 40 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos

¹⁸ Decreto-Lei n.º 33/2010, de 14 de Abril.



A ANA, S.A., fica responsável pela promoção das actividades de concepção, projecto, construção, financiamento, exploração, gestão e manutenção do Novo Aeroporto de Lisboa. O lançamento do concurso foi, entretanto, adiado no âmbito das medidas do PEC 2010-2013.

5.2. SECTOR PORTUÁRIO

O acompanhamento e controlo das concessões portuárias são da responsabilidade das entidades concedentes (Administrações Portuárias), cabendo ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos – IPTM, I.P., regular, fiscalizar, exercer funções de coordenação e de planeamento do sector marítimo-portuário e regulamentar as actividades desenvolvidas pelo sector.

Quadro 5.2.1 – Fluxos Financeiros no exercício de 2010 face ao previsto

Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões	Ano 2010 - Situação em 31.12.2010						
	Previsto	Corrente	Reequilíbrios	Proveitos	ExecuçãoTotal	%Exec.Total	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	-13,14	-	-	13,44	-13,44	102%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	-2,89	-	-	3,16	-3,16	109%
	Silos de Leixões	-0,19	-	-	0,19	-0,19	98%
	Terminal Produtos Petrolíferos	-6,89	-	-	6,62	-6,62	96%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	-0,09	-	-	0,08	-0,08	94%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	-0,70	-	-	0,68	-0,68	98%
	Serviço de Descarga, Venda Expedição Pescado	-0,13	-	-	0,17	-0,17	129%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	-0,03	-	-	0,01	-0,01	38%
	Exploração Turística-Hoteleira	-0,48	-	-	0,48	-0,48	100%
Exploração Restaurante e Bar	-0,11	-	-	0,12	-0,12	110%	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	-0,21	-	-	0,35	-0,35	165%
	Serviço de Reboque Aveiro	-0,08	-	-	0,08	-0,08	97%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	-7,03	-	-	2,56	-2,56	36%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	-6,99	-	-	6,39	-6,39	91%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	-1,01	-	-	0,67	-0,67	67%
	Terminal Multiusos do Beato	-0,86	-	-	0,85	-0,85	99%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	-0,74	-	-	0,80	-0,80	108%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	-0,69	-	-	0,83	-0,83	121%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	-0,71	-	-	0,84	-0,84	117%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	-0,57	-	-	0,63	-0,63	110%
	Terminal do Barreiro	-0,10	-	-	0,10	-0,10	101%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	-0,25	-	-	0,32	-0,32	128%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-0,03	-	-	0,21	-0,21	621%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	-1,60	-	-	1,85	-1,85	115%
	Terminal Multiusos Zona 2	-3,08	-	-	3,14	-3,14	102%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	-0,31	-	-	0,34	-0,34	107%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	-0,11	-	-	0,12	-0,12	107%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	-0,23	-	-	0,53	-0,53	228%
	Terminal Multipurpose de Sines	-4,20	-	-	4,25	-4,25	101%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	-0,38	-	-	0,39	-0,39	102%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	-0,70	-	-	0,69	-0,69	100%
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	-7,71	-	-	7,72	-7,72	100%
Total	Total	-62,21	0,00	0,00	58,58	-58,58	94%

Fonte: Administrações Portuárias

Os fluxos financeiros correspondem a receita para as Administrações Portuárias e o universo das concessões portuárias gerou, no período em análise, rendas no montante de 58,58 milhões de



euros, o que representa um decréscimo de 6% face ao previsto mas sem variação visível relativamente ao período homólogo.

Quadro 5.2.2 – Fluxos financeiros no exercício de 2010 vs 2009

Unidade, excepto percentagens: M€

Sector Portuário	Encargos Líquidos			
	2009	2010	%Variação	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	-13,27	-13,44	1%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	-3,10	-3,16	2%
	Silos de Leixões	-0,20	-0,19	-8%
	Terminal Produtos Petrolíferos	-7,10	-6,62	-7%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	-0,10	-0,08	-18%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	-0,70	-0,68	-2%
	Serviço de Descarga, Venda Expedição Pescado	-0,10	-0,17	68%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0,00	-0,01	-
	Exploração Turística-Hoteleira	-0,50	-0,48	-4%
	Exploração Restaurante e Bar	-0,10	-0,12	16%
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	-0,30	-0,35	18%
	Serviço de Reboque Aveiro	-0,10	-0,08	-20%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	-2,30	-2,56	11%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	-7,00	-6,39	-9%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	-1,20	-0,67	-44%
	Terminal Multiusos do Beato	-0,90	-0,85	-6%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	-0,70	-0,80	14%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	-0,60	-0,83	38%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	-0,80	-0,84	4%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	-0,70	-0,63	-11%
	Terminal do Barreiro	-0,10	-0,10	-3%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	-0,30	-0,32	6%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-0,10	-0,21	105%	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	-1,60	-1,85	15%
	Terminal Multiusos Zona 2	-3,00	-3,14	5%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	-0,30	-0,34	12%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	-0,10	-0,12	19%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	-0,20	-0,53	165%
	Terminal Multipurpose de Sines	-4,40	-4,25	-3%
	Terminal de Petroléiro e Petroquímico	-0,40	-0,39	-2%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	-0,70	-0,69	-1%
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	-7,70	-7,72	0%
Total	Total	-58,67	-58,58	0%

Fonte: Administrações Portuárias

Observação: os valores dos encargos líquidos negativos significam receitas para o concedente.



5.3. SECTOR DO AMBIENTE (ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS)

Neste período, ocorreram várias fusões de empresas no sector do ambiente, na sequência das orientações do PERSU¹⁹ II, que recomenda a fusão de sistemas para gerar economias de escala, bem como a agregação de municípios que se situem geograficamente na sua continuidade territorial, visando, nomeadamente, ganhos de eficiência, reforço da capacidade tecnológica e da sustentabilidade e permitindo a optimização da gestão de resíduos com salvaguarda de custos socialmente aceitáveis para todos os utentes.

Em Abril foi aprovada a constituição de uma nova sociedade **Águas do Noroeste**, S. A., concessionária²⁰ do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, resultante da fusão das sociedades Águas do Cávado, S. A., Águas do Minho e Lima, S. A., e Águas do Ave, S.A.. A nova sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos tem um capital social de 70 milhões de euros, realizado em 56,66% pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A., e, na parte remanescente, pelos respectivos municípios.

Em Junho, aprova-se a constituição do sistema multimunicipal de triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e constitui-se a sociedade²¹ **VALORSUL** — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A., por fusão das sociedades VALORSUL — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), S.A., e RESIOESTE — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. O Grupo AdP detém a maioria do capital de 25,2 milhões de euros, com 56,17%, sendo a parte remanescente do capital social detido pelos municípios abrangidos. Para valorizar 20% dos resíduos sólidos urbanos gerados em Portugal, a Valorsul conta com 2 centros de triagem, 8 ecocentros, 1 central de valorização energética, 1 instalação de tratamento e valorização de escórias, 1 estação de tratamento e valorização orgânica, 2 aterros sanitários, 6 estações de transferência e a utilização de 50% da central de valorização orgânica da Valorlis.

Em 2010 foram, igualmente, incluídas duas novas empresas do grupo AdP: **Águas da Região de Aveiro**, S.A., e **Águas Públicas do Alentejo**, S.A., com investimentos de 103,0 e 224,5 milhões de euros, respectivamente. O prazo de concessão estabelecido nos novos contratos é de 50 anos.

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (ERSAR, I. P.) tem definidos²² os critérios para o cálculo das taxas devidas relativas à actividade de regulação estrutural, económica

¹⁹ PERSU - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos.

²⁰ Decreto-Lei n.º 41/2010, de 29 de Abril.

²¹ Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de Junho.

²² Portaria nº160/2010 de 15 de Março.



e de qualidade de serviço. As referidas taxas são devidas pelas entidades gestoras concessionárias dos serviços multimunicipais e municipais de abastecimento público de água, saneamento, águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos.

5.4. SECTOR ENERGÉTICO

Em 2010, procedeu-se ao desenvolvimento de projectos na área das energias alternativas. Neste âmbito aprovou-se a minuta de contrato²³ de concessão da exploração, em regime de serviço público²⁴ em que se autoriza a utilização privativa dos recursos hídricos para a produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas do mar. Em Outubro, celebrou-se o contrato de concessão de exploração da zona piloto de energia eléctrica a partir das ondas do mar, com a **Enondas, Energia das Ondas**, S.A. do grupo REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Promove-se a vertente da **mini-produção energética**, através de regime jurídico²⁵ do acesso e do desenvolvimento da actividade de mini-produção. A promoção do lançamento de programas específicos de instalações de mini-produção com objectivos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, visa atribuir uma potência global de 500 MW até 2020. Estabelece-se para o efeito um **conjunto de procedimentos**²⁶ no âmbito do regime de implementação de pequenos aproveitamentos hidroeléctricos²⁷, as designadas «**mini – hídricas**».

No último trimestre de 2010, procedeu-se ao lançamento da 1ª fase concursal, para a adjudicação dos Contratos de Implementação e de Concessão destinados à captação de água do domínio público hídrico para a produção de energia hidroeléctrica e para a concepção, construção/alteração, exploração e conservação das respectivas infra-estruturas hidráulicas, com reserva de capacidade de injeção de potência na rede eléctrica de serviço público (RESP) e de identificação de pontos de recepção associados para energia eléctrica produzida em central ou centrais hidroeléctricas. Estes contratos de concessão terão uma duração de 45 anos para exploração dos recursos hídricos.

²³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2010 publicada a 01 de Julho.

²⁴ Zona piloto identificada no Decreto-Lei n.º 5/2008, de 8 de Janeiro.

²⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2010 publicada a 04 de Agosto.

²⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2010 publicada a 10 de Setembro.

²⁷ Decreto-Lei n.º 126/2010, de 23 de Novembro.



Quadro 5.4.1 Projectos para a produção de energia hidroeléctrica 1ª fase /2010:

Entidade/Concedente	Nº Projectos	Estimativa de Valor Base	Potência MW
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, IP	9	15 M €	67
Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P.	2	7 M €	32
Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.	8	6 M €	29
Total	19	28 M €	128

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

Na sequência do concurso²⁸ (1ª fase concursal), para a adjudicação dos Contratos²⁹ de Implementação e de Concessão destinados à captação de água do domínio público hídrico para a produção de energia hidroeléctrica e para a concepção, construção/alteração, exploração e conservação das respectivas infra-estruturas hidráulicas, foram assinados, em Dezembro, 10 contratos de implementação, que geraram 25,9 milhões de euros de receita para o Estado.

5.4.2. Contratos de Implementação para a produção de energia hidroeléctrica (M€):

Sector ENERGIA - MINI-HÍDRICAS	Contratante	Receita 1ª fase
Lote 1N - Rio Rabaçal e Rio Calvo	Hydrotua - Hidroeléctricas do Tua, Lda	4,6
Lote 2N - Rio Tuela e Rio Macedo	Speedfalls - Energias, Lda	4,1
Lote 1C - Rio Mondego	HEPP - Hidroenergia de Penacova e Poiães, Lda	3,0
Lote 2C - Rio Alva	Explikot - Investimentos Imobiliários, SA	0,8
Lote 6C - Rio Troço	Enervouga - Energias do Vouga Lda	2,1
Lote 7C - Rio Arões	Enerleon - Produção e Gestão de Energia, Lda	1,8
Lote 8C - Rio Mel	Soares da Costa Hidroenergia 8C, Lda	0,6
Lote 1T - Rio Zêzere	Soares da Costa Hidroenergia 1T, Lda	2,0
Lote 4T - Rio Zêzere/Ribeira de Souto	Soares da Costa Hidroenergia 4T, Lda	3,4
Lote 8T - Rio Tejo (Açude de Abrantes)	Soares da Costa Hidroenergia 8T, Lda	3,5
	Total	25,9

Nota: Contratos Celebrados em Dezembro de 2010 para um período de exploração de 45 anos

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

²⁸ Decreto-Lei n.º 126/2010, de 23 de Novembro.

²⁹ Estes contratos antecedem a realização dos projectos e as diligências para obtenção da declaração de impacto ambiental, são contratos numa fase prévia ao contrato de concessão de exploração.



6. ANEXOS

Quadro 6.1. Quadro do Universo das PPP e Concessões

PARCERIAS		(*) Investimento (preços de 2010) Milhões de Euros			
Sector	Concessão	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento*
T r a n s p o r t e s (3)	Concessão Lusoponte	Lusoponte – Conc. para a Travessia do Tejo em Lisboa, SA	1995	30	1247
	Concessão Norte	Ascendi Norte – Auto Estradas do Norte, SA	1999	36	1159
	Concessão Oeste	Auto-Estradas do Atlântico, SA	1999	30	598
	Concessão Brisa	Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA	2000	35	2653
	Concessão Litoral Centro	Brisal – Auto-estradas do Litoral, SA	2004	30	617
	Concessão Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	Scutvias – Auto-Estradas da Beira Interior, SA	1999	30	828
	Concessão Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	Ascendi Costa de Prata – Auto Estradas da Costa de Prata, S	2000	30	411
	Concessão Scut do Algarve (IC4/IP1)	Euroscut – Sociedade Concessionária da SCUT do Algarve, SA	2000	30	293
	Concessão Scut Interior Norte (IP3)	Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, SA	2000	30	646
	Concessão Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	Ascendi Beiras Litoral e Alta – Auto Est. das Beiras Litoral e Alta, SA	2001	30	882
	Concessão Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	Euroscut Norte – Soc. Concessionária da SCUT do Norte Litoral, SA	2001	30	391
	Concessão Scut Grande Porto (IP4/IC24)	Ascendi Grande Porto – Auto Estradas do Grande Porto, SA	2002	30	584
	Concessão Grande Lisboa	Ascendi Grande Lisboa – Auto Estradas da Grande Lisboa, SA	2007	30	187
	Sub-concessão Douro Litoral	AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, SA	2007	27	806
	Sub-concessão AE Transmontana	Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, SA	2008	30	542
	Sub-concessão Douro Interior	Ascendi Douro – Estradas do Douro, SA	2008	30	649
	Sub-concessão Tunel do Marão	Auto Estrada do Marão, SA	2008	30	352
	Sub-concessão Baixo Alentejo	SPER – Soc. Port. para a Construção e Exploração Rodoviária, SA	2009	30	390
	Sub-concessão Baixo Tejo	VBT – Vias do Baixo Tejo, SA	2009	30	276
	Sub-concessão Litoral Oeste	AELO – Auto-Estradas do Litoral Oeste, SA	2009	30	452
Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	168	
Sub-concessão Pinhal Interior	Ascendi Pinhal Interior – Auto Estradas do Pinhal Interior, SA	2010	30	958	
Gestão Sist. Identificação Electrónico	SIEV - Sist. Id. Elect. de Veículos, SA	2009	25	n.a.	
Metro Sul Tejo (1)	MTS, SA	2001	30	330	
Transp. Ferroviário eixo-norte/sul (2)	Fertagus, SA	1999	11	1186	
Troço Poceirão-Caia da rede de AVF (4)	ELOS Ligações de Alta Velocidade, S.A	2010	40	1339	
S a ú d e (3)	Gestão do Centro de Atendimento do SNS	LCS, SA	2006	4	4
	Gestão Centro Medicina Física Reabilitação Sul	GP Saúde	2006	7	3
	Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	2009	30	124
	Gestão do H. Braga - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Braga, Gestora do Estabelecimento SA	2009	10	12
	Gestão H. Cascais-Ent. Gestora Estabelecimento	HPP, SA	2008	10	16
	Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP, SA	2008	30	57
	Gestão H. Loures-Ent. Gestora Estabelecimento	SGHL - Soc. Gestora do Hospital de Loures SA	2009	10	30
	Gestão H. Loures - Ent. Gestora do Edifício	HL – Sociedade Gestora do Edifício SA	2009	30	86
	Gestão H. V. Franca - Ent. Gestora do Edifício	Escala Vila Franca - Gestora do Edifício, S.A	2010	30	76
Gestão H. V. Franca - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Vila Franca – Gest. do Estabelecimento, S.A.	2010	10	3	
S e g . (3)	SIRESP	SIRESP - Redes digitais de Seg. e Emergência	2002	20	119

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

Observação:

- (1) Investimento em Infraestruturas suportado pelo Estado
- (2) Estimativa do Investimento realizado pela REFER
- (3) Valor do Investimento é referente aos Casos-base (quando aplicável) para construção, infra-estruturas e expropriações.
- (4) Aguarda Visto Tribunal Contas

(continua)



CONCESSÕES		(*) Investimento (preços de 2010) Milhões de Euros			
A m b i e n t e	Águas do Centro Alentejano	Águas do Centro Alentejano, SA	2003	30	87
	Águas do Douro e Paiva	Águas do Douro e Paiva, SA	1996	30	637
	Águas do Oeste	Águas do Oeste, SA	2001	30	362
	Águas de Santo André	Águas de Santo André, SA	2001	30	160
	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	2001	30	514
	Águas do Algarve	Águas do Algarve, SA	2001	30	562
	Águas do Centro	Águas do Centro, SA	2001	30	217
	Águas do Mondego	Águas do Mondego, SA	2004	35	260
	Águas do Norte de Alentejano	Águas do Norte de Alentejano, SA	2001	30	115
	Águas do Zêzere e Côa	Águas do Zêzere e Côa, SA	2000	30	366
	Águas do Noroeste	Águas do Noroeste, SA	2010	50	800
	Águas Públicas do Alentejo	Águas Públicas do Alentejo, SA	2010	50	225
	Águas da Região de Aveiro	Águas da Região de Aveiro, SA	2010	50	103
	Algar	Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	1996	25	85
	Amarsul	Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	1997	25	97
	Ersuc	Ersuc -Resíduos Sólidos do Centro, SA	1997	25	121
	Resinorte	Resinorte - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2009	30	195
	Resiestrela	Resiestrela - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2008	30	34
	Resulima	Resulima Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	44
	Suldouro	Suldouro Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	74
	Valnor	Valnor Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2001	29	30
	Valorlis	Valorlis Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	44
	Valorminho	Valorminho Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	20
	Valorsul	Valorsul -Val. Trat. Resid. Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	1995	25	456
	Sanest	Sanest saneamento Costa Estoril, SA	1995	25	290
	Simarsul	Simarsul sist. Integrado multimunicipal de Águas e Resíduos Setúbal, SA	2004	30	264
	Simlis	Simlis Saneamento Integrado dos municípios do Lis, SA	2000	30	96
Simria	Simria Saneamento Integrado dos municípios da Ria de Ave, SA	2000	30	402	
Simtejo	Simtejo Saneamento Integrado dos municípios do Tejo e Trancão, SA	2001	30	659	
Simdouro	Simdouro - Saneamento do Grande Porto, SA	2009	50	73	
H i d r i c o	Barragem de Foz Tua	EDP	2008	75	344
	Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daiçõves	IBERDROLA	2008	65	1719
	Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	65	516
	Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	65	260
	Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	65	364
	Barragem do Alqueva	EDP	2008	35	343
E n e r g i a	Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)	Transgás Armazenagem, SA	2006	40	30
	Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, SA	2008	40	584
	Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, SA	2008	40	293
	Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	162
	Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	311
	Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)	REN Atlântico, SA	2006	40	214
	Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)	REN Armazenagem, SA	2006	40	116
	Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, SA	2008	40	70
	Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, SA	2008	40	67
	Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural	REN Gasodutos, SA	2006	40	761
R e d e	Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	1306
	Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2006	35	1828
	Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas de Enondas, Energia das Ondas, SA	Enondas, Energia das Ondas, SA	2010	45	n.d
P o r t u á r i a s	Terminal de Contentores de Leixões	Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	88
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	53
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, unipessoal Lda	2007	25	7
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25	n.d.
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuárias, SA	2000	20	n.d.
	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	8
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2004	10	3
	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1985	57	n.d.
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2001	20	78
	Terminal Multipurpose de Lisboa	Transinsular, Transportes Marítimos Insulares, SA	1995	15	n.p.
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	9
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo,S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	14
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	16
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Sapec - Terminais Portuários, SA	1995	25	9
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Sapec - Terminais Portuários, SA	2003	25	4
	Terminal Contentores de Sines XXI	PSA Sines - Terminal de Contentores, SA	1999	30	454
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	161
	Terminal de Petróleo e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10	n.d.
Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	n.d.	
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	n.d.	

n.p. - não previsto; n.d. - não disponível



Quadro 6.2. Encargos Plurianuais Líquidos previstos com PPP contratadas (Milhões Euros)

Parcerias Sectores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Concessões Rodoviárias	897	1.166	518	419	798	846	900	848	762
Concessões Ferroviárias	15	102	64	23	47	83	76	73	69
PPPs na área da Saúde	172	228	286	327	340	344	347	350	334
PPPs na área da Segurança	44	45	46	47	48	47	45	43	42
Total	1.127	1.542	914	815	1.232	1.319	1.368	1.314	1.207
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Concessões Rodoviárias	785	783	720	667	513	409	328	211	138
Concessões Ferroviárias	67	67	66	68	65	49	27	25	24
PPPs na área da Saúde	266	204	108	48	39	41	41	38	37
PPPs na área da Segurança	30	29	14	0	0	0	0	0	0
Total	1.147	1.082	909	783	617	499	396	275	198
	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
Concessões Rodoviárias	107	-227	-400	-699	-833	-906	-930	-1.339	-2.362
Concessões Ferroviárias	25	42	27	23	23	24	14	1	-2
PPPs na área da Saúde	37	39	39	37	35	34	32	31	31
PPPs na área da Segurança	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	170	-146	-334	-638	-774	-847	-884	-1.307	-2.332
	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Concessões Rodoviárias	-2.503	-2.529	-2.664	-2.735	-2.766	-2.791	-2.815	-2.840	-2.864
Concessões Ferroviárias	-2	0	0	-1	-4	-8	-9	-7	-19
PPPs na área da Saúde	31	28	21	5	0	0	0	0	0
PPPs na área da Segurança	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	-2.474	-2.502	-2.643	-2.731	-2.770	-2.799	-2.825	-2.847	-2.883
	2046	2047	2048	2049	2050				
Concessões Rodoviárias	-2.890	-2.915	-2.942	-2.966	-2.993				
Concessões Ferroviárias	-20	-23	-24	-24	-46				
PPPs na área da Saúde	0	0	0	0	0				
PPPs na área da Segurança	0	0	0	0	0				
Total	-2.910	-2.938	-2.966	-2.990	-3.039				

Legenda: (*)incui os Encargos e Receitas da EP nas Parcerias Rodoviárias

Valores incluem Iva (em vigor 01.01.2011)

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos